

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DA ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA – IMPA-OS

RELATÓRIO SEMESTRAL
JANEIRO A JUNHO DE 2010

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O propósito deste documento é analisar o desempenho da Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e verificar o grau de alcance das metas pactuadas com o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, referentes ao período de janeiro a junho de 2010, em atendimento ao disposto na Cláusula oitava do Contrato de Gestão.

Esta Comissão de Avaliação – CA, composta pelos participantes abaixo listados, instituída pela Portaria MCT nº 723, de 16 de setembro de 2010, em cumprimento ao artigo 3º, reuniu-se na sede do IMPA, no Rio de Janeiro-RJ, nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2010.

- **Abimael Fernando Dourado Loula**, especialista, engenheiro e pesquisador do Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC, especialista representando o MCT e Presidente da Comissão;
- **Abramo Hefez**, especialista, matemático e professor da Universidade Federal Fluminense – UFF-RJ;
- **Juan Guillermo Valdivia Murillo**, Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;
- **Sheila Maria Reis Ribeiro**, Técnica do Departamento de Articulação Institucional da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- **Paulo Afonso Vieira Júnior**, Analista de Planejamento e Orçamento, representando a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP.

Em atendimento aos artigos 5º e 6º da Portaria acima referida, acompanhou esta reunião, como representante da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, **Maria Cristina de Lima Perez**

Marçal, Coordenadora-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais.

Cada membro da CA ressaltou pontos que considerava importantes, com vistas à elaboração conjunta deste Relatório.

2. NATUREZA E FINALIDADE DO IMPA E PAPEL DA CA

A Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA é uma associação civil sem fins lucrativos instituída por particulares e tem por missão a realização de pesquisas em ciências matemáticas e afins, a formação de pesquisadores, a difusão do conhecimento matemático e sua integração com outras áreas da ciência, cultura, educação e do setor produtivo, por meio dos seguintes objetivos estratégicos:

I - Realização de pesquisas matemáticas em tópicos considerados de grande relevância, em padrão internacional, para o avanço do conhecimento na área de suas aplicações, dando ao Brasil destacado nível de competência no setor;

II - Difusão do conhecimento matemático em todos os níveis para propiciar acesso à comunidade brasileira aos progressos científicos das áreas e suas aplicações e produção de literatura básica que permita não só alcançar este objetivo nesta e em áreas afins do conhecimento, mas também, despertar o interesse dos mais jovens pela matemática;

III - Capacitação científica de pesquisadores e professores universitários no melhor padrão internacional, promovendo a formação de mestres e doutores com credenciais para produzir pesquisas de qualidade, participar de projetos e programas de inovação científico-tecnológica e agir como multiplicadores desta competência;

IV - Realização de projetos de melhoria do ensino da matemática em todos os níveis e prestação de serviços de assessoramento e consultoria qualificada;

V - Desenvolvimento de aplicações da matemática e tecnologias associadas através da elaboração de modelos matemáticos aplicados e da produção de *software* inovador, que respondam a problemas concretos colocados pelas políticas públicas e pelo setor produtivo;

VI - Fomento e cooperação com a comunidade científica nacional, órgãos públicos e empresas estatais ou privadas, em conformidade com a missão institucional do IMPA, mediante termos de cooperação, parcerias ou prestação de serviços;

VII. Colaboração técnica e científica com as ações e políticas nacionais de desenvolvimento do setor público e privado.

Em 20 de setembro de 2000, por força do Decreto nº 3.605, complementado pelo Decreto no. 3.703, de 27 de dezembro do mesmo ano, o IMPA foi qualificado

como Organização Social e celebrou Contrato de Gestão com o Ministério da Ciência e Tecnologia, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, visando promover o desenvolvimento científico e tecnológico.

O art. 2º da Lei 9.637/1998 impõe requisitos de ordem estatutária à entidade civil para a titulação como organização social, tais como a previsão da participação de representantes do Poder Público e de entidades da sociedade civil no seu órgão de deliberação superior e a observância de regulamentos internos que disponham sobre estrutura, forma de gerenciamento, cargos e competências, contratação de obras, serviços, compras e alienações e plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade. Uma vez qualificada, a organização social torna-se apta a celebrar contrato de gestão com o Poder Público por meio do qual assume obrigações e responsabilidades, estabelecidas em comum acordo.

Não obstante a qualificação implicar na assunção, pela entidade civil, de compromissos e responsabilidades relacionados ao alcance de objetivos de interesse público e a elaboração do Contrato de Gestão pelos signatários observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade, na forma do art. 7º do mencionado dispositivo legal, é importante deixar registrado que a organização social é uma entidade civil criada por particulares, regida exclusivamente pelo direito privado, sob a qual não recaem as regras do direito administrativo impostas por força constitucional à administração direta e indireta. Nesta condição, as organizações sociais estabelecem relação de parceria com o Poder Público e são fomentadas por meio do recebimento de recursos financeiros, mediante transferência, visando ao cumprimento dos objetivos estratégicos. Prestam contas ao órgão ou entidade repassador dos recursos, nesse caso, o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Nesse mesmo sentido, o art. 8º da Lei nº 9.637/1998 dispõe que a fiscalização da execução do Contrato de Gestão é competência do órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada, inclusive no que se refere à prestação de contas.

Importante notar que, naquele diploma legal, há o cuidado em separar a responsabilidade de fiscalização do Contrato de Gestão - que implica, inclusive, na avaliação da prestação de contas - do papel da Comissão de Avaliação, a quem, na qualidade de instância de assessoramento, "composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação", cabe tão somente emitir análise técnica dos resultados da execução do Contrato de Gestão e encaminhar relatório conclusivo sobre a avaliação procedida, nos termos estabelecidos nos incisos de I a IV, do § 2º do art. 11, do anexo à Portaria MCT nº 157, de 26/2/2010, (Procedimentos Técnicos para a Atividade de Fiscalização de Contratos de Gestão), conforme abaixo transcrito:

"§ 2º

I - analisar os resultados e metas alcançados pela OS, à luz dos objetivos do Contrato de Gestão, bem como as justificativas que porventura vierem a ser apresentadas em caso de não-consecução de resultados;

II - propor a renegociação dos indicadores e metas, cronograma de desembolso, bem como sugerir alterações em cláusulas contratuais;

III - recomendar ações corretivas; e,

IV - emitir relatório conclusivo de avaliação dos resultados, com recomendações e laudos técnicos, quando for o caso, que deverão ser encaminhados ao Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia – SCUP/MCT.”

Vale ressaltar que a Portaria MCT nº 723, publicada no DOU de 17/09/2010, que nomeia esta Comissão, ratifica as mesmas competências estabelecidas na Portaria MCT nº 157/2010.

3. METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para a elaboração do presente relatório de acompanhamento, a CA adotou os seguintes procedimentos:

- leitura e análise do relatório de desempenho do Contrato de Gestão elaborado pelo IMPA, correspondente ao período de janeiro a junho de 2010;
- análise e discussão detalhada sobre os indicadores pactuados e as metas com cada área específica, ressaltando-se o papel dos especialistas integrantes da Comissão, com enfoque no cumprimento das metas, fatores intervenientes facilitadores e dificultadores no processo de cumprimento das metas;
- síntese das informações apresentadas e discussão interna à CA, a partir da qual foram comparados os relatórios dos últimos dois anos para aferir a adoção de recomendações da CA;
- visita às instalações dos laboratórios VisGraf, Biblioteca e demais dependências do IMPA;
- indagação ao Diretor-Geral do IMPA, durante a apresentação do Relatório Semestral de 2010 à CA, sobre as atividades realizadas no primeiro semestre de 2010 e sobre os planos futuros para a instituição;
- conclusão sobre o desempenho do IMPA durante o primeiro semestre de 2010 quanto às metas estabelecidas no Contrato de Gestão; e,
- formalização de recomendações a serem encaminhadas ao IMPA e ao MCT.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES ANTERIORES DA CA

Após a análise do Relatório Semestral de 2010 da Organização Social, e em face dos esclarecimentos prestados pela sua Direção, são apresentados, a seguir, os comentários sobre as recomendações desta Comissão contidas nos Relatórios Semestral e Anual de 2009.

Relatório Semestral de 2009

AO IMPA:

“A CA reitera a recomendação de relatórios anteriores sobre o fornecimento, nos Relatórios Semestrais, de informações mais claras e objetivas sobre possíveis variações de desempenho em cada um dos indicadores, bem como esclarecimentos acerca das perspectivas de alcance ou não das metas pactuadas, por meio de comentários sobre os resultados apurados, principalmente quando da ocorrência de flutuações/variações significativas.”

Comentário: RECOMENDAÇÃO ATENDIDA PARCIALMENTE. A CA reconhece que, no geral, houve melhoria na apresentação das informações sobre o cumprimento das metas. Entretanto, as informações disponibilizadas sobre a tendência de cumprimento de metas não estão sendo apresentadas adequadamente.

AO MCT:

- a) Assegurar a regularidade da execução dos recursos orçamentário-financeiros destinados ao IMPA-OS durante o exercício, de forma a evitar longos lapsos temporais sem ingresso de recursos para financiamento das atividades.

Comentário: RECOMENDAÇÃO NÃO ATENDIDA no ano vigente. O novo Contrato de Gestão foi celebrado somente em 27 de maio de 2010 e o respectivo repasse de recursos ocorreu por meio do Primeiro Termo Aditivo, em 18 de junho.

- b) Alocar dotação orçamentária compatível com o cumprimento do Contrato de Gestão do IMPA, na programação específica para tal finalidade, no âmbito do orçamento do órgão, na ação 4122 – Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada.

- c) Envidar esforços junto ao Congresso Nacional para alocação dos valores previstos na ação específica do Contrato de Gestão, com a finalidade de garantir os recursos necessários ao seu efetivo cumprimento, uma vez constatado que, no Projeto de Lei Orçamentária para 2010, o valor alocado de R\$ 12 milhões é insuficiente para o alcance das metas previstas, e, caso não seja possível, propor suplementação orçamentária por meio de crédito adicional em 2010.

RECOMENDAÇÕES B e C NÃO ATENDIDAS. A esse respeito, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP encaminhou ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT a nota nº 43/DEPES/SOF/MP, de 30.12.2009. Posteriormente, foram realizadas diversas reuniões com a participação de representantes do MCT e da SOF/MP para discutir o assunto, quando ficou acordado que seriam tomadas providências para resolver tais questões. Todavia, até o presente momento, a dotação orçamentária disponível na programação 4122 – Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA – OS para o exercício de 2010 é R\$ 12.390.000,00. Montante idêntico foi considerado no Projeto de Lei Orçamentária para 2011, conforme proposta do MCT.

Relatório Anual de 2009

AO IMPA:

“Apresentar, na reunião semestral de 2010, proposta de indicadores e metas no âmbito do novo Contrato de Gestão para conhecimento, discussão e eventuais sugestões de alteração.”

Comentário: RECOMENDAÇÃO ATENDIDA.

5. AVALIAÇÃO DO GRAU DE ALCANCE DAS METAS

A avaliação foi realizada com base nas informações contidas no Relatório Semestral de 2010, na apresentação da Diretoria e durante a visita da CA ao IMPA. O quadro a seguir resume o grau de realização das metas durante o primeiro semestre em relação ao pactuado para o exercício.

6

COMPARATIVO DAS METAS PROGRAMADAS E ALCANÇADAS NO SEMESTRE

Indicador	Peso	Pactuado	Realizado	Grau de Alcance no semestre	Tendência de cumprimento
Macroprocesso Pesquisa					
1. Número de artigos publicados no ano em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas	10	65	36	55%	Sim
2. Número de artigos publicados ou aceitos para publicação em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas	8	130	88	68%	Sim
3. Proporção de Pesquisadores com Bolsa de Produtividade do CNPq	7	80	90	113%	Superada
Macroprocesso Intercâmbio Científico					
4. Número de visitas mês ao IMPA de pesquisadores nacionais e estrangeiros	5	240	168	70%	Sim
5. Número de visitas-mês ao IMPA de estagiários de pós-doutorado	4	180	125	69%	Sim
6. Número de reuniões científicas do IMPA	7	10	2	20%	Sim
Macroprocesso Ensino					
7. Índice de sucesso do doutorado – programa de 4 anos	8	85	78	92%	Sim
8. Índice de sucesso do mestrado – programa de 2 anos	6	85	87	102%	Superada
9. Número de doutores formados anualmente (média últimos 3 anos)	8	13	16,7	128%	Superada
10. Número de participantes do Colóquio Brasileiro de Matemática (realizado anos ímpares)	3	NA*	NA	NA	NA
Macroprocesso Desenvolvimento Tecnológico					
11. Número de protótipos e softwares produzidos ou aperfeiçoados (novas versões)	3,5	5	5	100%	Alcançada
12. Número de publicações técnico-científicas e/ou patentes resultantes de Projetos	3,5	7	8	114%	Superada
Macroprocesso Informação Científica					
13. Número de títulos publicados (graduação e pós-graduação)	4	18	12	67%	Sim
14. Número de livros e assinaturas de revistas incorporados ao acervo bibliográfico do IMPA	2	900	826	92%	Sim
15. Número de livros emprestados	1,5	12.500	5.424	43%	Sim
Macroprocesso Desenvolvimento Institucional					
16. Nota da CAPES (avaliação a cada três anos)	10	7	7	100%	Alcançada
17. Número de projetos de pesquisa e convênios de cooperação vigentes e aprovados por concorrência, mérito ou a convite.	5	36	45	125%	Superada

*NA – não se aplica.

Apresentada a tabela, seguem os comentários relativos a cada um dos macroprocessos desempenhados pelo IMPA-OS, no período:



 7
 AP

Pesquisa: este macroprocesso possui três indicadores:

Indicador 1 – Número de artigos publicados no ano em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas. No primeiro semestre, foram publicados 36 artigos, que correspondem a 55% da meta, havendo previsão de atendimento do pactuado para o ano em função do número de 52 artigos já aceitos para publicação. Esse desempenho coloca o IMPA numa posição de destaque, em nível nacional e internacional, conforme dados apresentados nas Tabelas constantes das páginas 11 e 12 do Relatório Semestral de 2010.

Indicador 2 – Número de artigos publicados ou aceitos para publicação em revistas de circulação internacional e alto padrão científico, com corpo de pareceristas. A instituição atingiu 68% da meta anual pactuada e, com base no histórico de desempenho do indicador, infere-se uma tendência ao seu cumprimento.

Indicador 3 – Proporção de pesquisadores com Bolsa de Produtividade do CNPq. A meta estabelecida para o ano foi superada, uma vez que a meta contratada era de 80% e o valor atingido chega a 90%. Dos 38 pesquisadores, 35 têm bolsa de produtividade em pesquisa.

Intercâmbio Científico: Este macroprocesso possui três indicadores:

Indicador 4 – Número de visitas-mês ao IMPA de pesquisadores nacionais e estrangeiros. O IMPA-OS atingiu 70% do previsto para o exercício de 2010 e, conforme informações constantes do Relatório Semestral, a meta deverá ser atingida até o fim do ano, pois é intensa a atividade de visitas e reuniões científicas programadas no IMPA -OS.

Indicador 5 – Número de visitas-mês ao IMPA de estagiários de pós-doutorado. Das 180 visitas pactuadas, já foram realizadas 125, correspondendo a 69% da meta estabelecida, o que indica que, provavelmente, a meta será atingida, considerando as informações de grande procura por jovens doutores para estágios de Pós-Doutorado no IMPA, constantes do Relatório Semestral de 2010.

Indicador 6 – Número de Reuniões Científicas do IMPA-OS. A meta deste indicador deverá ser alcançada, uma vez que já foram realizadas duas reuniões científicas e estão programadas outras nove até o final do ano. A CA constatou pelo site www.impa.br que, de fato, várias dessas atividades vêm sendo realizadas e programadas no segundo semestre.

Ensino: Este macroprocesso possui quatro indicadores:

Indicador 7 – Índice de sucesso do doutorado. A meta pactuada foi de 85% para 2010, tendo sido alcançado, até o momento, um percentual de 78%. A CA verificou que, nos últimos três anos, tem havido aumento significativo no número de doutores formados pela instituição.

Indicador 8 – Índice de sucesso do mestrado – programa de 2 anos. A meta já foi plenamente alcançada no primeiro semestre.

Indicador 9 – Número de doutores formados anualmente / média dos últimos três anos. O IMPA-OS informa que a meta contratada para o ano de 2010 já foi superada, sendo a média de doutores formados nos últimos 3 anos de 16,7.

Indicador 10 – Número de participantes do Colóquio Brasileiro de Matemática. Evento realizado apenas nos anos ímpares. A OS informou que, a partir do próximo Colóquio, haverá uma modificação no formato do evento, o que demandará alterações neste indicador.

Desenvolvimento Tecnológico: Este macroprocesso possui dois indicadores:

Indicador 11 - Número de protótipos e softwares produzidos e/ou aperfeiçoados (novas versões). No primeiro semestre de 2010, da previsão de 5 protótipos e *softwares* produzidos e/ou aperfeiçoados, a meta foi alcançada com os seguintes produtos:

- *Software* RPN;
- *Software* RP;
- Novo Protótipo Visorama: Visorama 2.0;
- Suíte de *Software* do Visorama; e
- Pano Suíte, *Software* para construção de Panoramas Gigapixel.

Indicador 12 – Número de publicações técnico-científicas e/ou patentes resultantes de projetos. Esta meta já foi atingida uma vez que das 7 publicações tecnológicas e/ou patentes previstas, já foram publicados 6 artigos e depositadas 2 patentes no INPI, no primeiro semestre. O Diretor-Geral informou que até o fim do ano será depositada uma nova patente.

Informação Científica: Este macroprocesso possui quatro indicadores:

Indicador 13 – Número de títulos publicados (livros de graduação e pós-graduação). A Associação publicou 12 títulos no primeiro semestre, significando 67% de alcance da meta. Tendo em vista mais 6 publicações previstas para o segundo semestre, a previsão é de que a meta será atingida.

Indicador 14 – Número de livros e assinaturas de revistas incorporadas ao acervo bibliográfico do IMPA. A Direção da Associação informou que a meta deverá ser atingida, tendo sido adquiridos 418 livros e 408 assinaturas de periódicos no primeiro semestre de 2010, representando 92% da meta estabelecida.

Indicador 15 – Número de livros emprestados. O IMPA-OS informou que a meta foi atingida em 43% do previsto no primeiro semestre. As reuniões científicas previstas para o segundo semestre deverão elevar o número de livros emprestados até o fim do ano, proporcionando o alcance da meta.

Cabe ressaltar que, com a disponibilização e acesso crescente de bibliografias em mídia eletrônica, espera-se a redução no volume de empréstimos de livros. Nesse sentido, caberá em breve a revisão deste indicador.

Desenvolvimento Institucional: este macroprocesso possui dois indicadores:

Indicador 16 – Nota da CAPES (avaliação a cada três anos). A nota 7 concedida pela CAPES anteriormente foi mantida na última avaliação realizada em julho deste ano.

Indicador 17 – Número de projetos de pesquisa e convênios de cooperação vigentes aprovados mediante concorrência, mérito ou a convite. Dos 36 projetos/convênios pactuados, foram aprovados 45, superando em 25% a meta estabelecida.

6 – SOLICITAÇÕES DO ÓRGÃO SUPERVISOR

A representante do MCT que acompanhou a reunião da Comissão informou que, no Relatório de Auditoria Anual de Contas do exercício de 2009 (nº 245318), a CGU recomendou ao MCT que “a SCUP adote providências visando à realização da análise financeira da execução dos recursos do Contrato de Gestão conforme o disposto no Acórdão 2080/2008-2ª Câmara e na Lei 9.637.”

O referido Acórdão, por sua vez, determinou ao MCT que “objetivando otimizar a alocação dos recursos consignados no Orçamento da União, passe a incluir, no relatório anual de acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão firmado com a Associação Rede Nacional de Pesquisa (RNP), tópico com a análise da execução financeira do contrato, com ênfase na aferição da compatibilidade entre o montante de recursos repassados pelo órgão supervisor e as metas fixadas para a Associação no exercício, com vistas a identificar a necessidade de eventuais ajustes nos valores envolvidos e/ou nas metas pactuadas, de modo a minimizar a ocorrência de excedentes financeiros.”

Nesse sentido, a SCUP, por meio da Agenda de Trabalho da CA, inseriu, dentre outras, as questões relacionadas com o dispositivo contido no Acórdão 2080/2008-TCU e solicitou à sua representante, que acompanha as reuniões da Comissão, que sugerisse a inserção do tópico “análise da execução financeira do contrato, com ênfase na aferição da compatibilidade entre o montante de recursos repassados e as metas fixadas para o exercício”, visando atender à determinação do Tribunal de Contas da União e recomendação da Controladoria Geral da União.

Com respeito à solicitação do Órgão Supervisor, a Comissão entende que não se encontra entre as suas competências, estabelecidas na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, mencionadas no Ofício nº 94/SE-MP, de 9 de março de 2009, e confirmadas nas Portarias MCT nºs 157, de 26 de fevereiro de 2010 e 723, de 16 de setembro de 2010, a análise da execução financeira do Contrato de Gestão. Ressalta-se, ainda, que o referido Acórdão do TCU refere-se exclusivamente à Rede Nacional de Pesquisa - RNP. No entanto, esta CA solicita ao IMPA que apresente ao Órgão Supervisor, no Relatório Anual de 2010, as informações contidas na Agenda de Trabalho da CAA, de modo a atender à recomendação da CGU:

“Resultado Institucional do IMPA:

- Desempenho econômico-financeiro
- Despesa de custeio: material de consumo; pessoal e encargos; serviços de terceiros e gastos com obras de conservação e adaptação de bens imóveis
- Despesas de investimentos: planejamento e execução de obra, aquisição de instalações, equipamento de material permanente
- Evolução e Compatibilidade orçamentária entre as metas de indicadores
- Alavancagem de parcerias e novos financiamentos com outras iniciativas
- Recursos Humanos e Capacitação na Organização Social
- Planejamento organizacional e perspectivas para o futuro
- Argumento técnico de manutenção de Reserva Financeira e sua adequação
- Recursos de outras fontes que foram incorporados ao Contrato de Gestão
- Utilização da reserva técnica.“



11

7. PACTUAÇÃO DE METAS PARA 2011

A Comissão de Avaliação – CA, do Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e a Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA-OS, reuniu-se para tomar conhecimento da proposta preliminar do Quadro de Indicadores e Metas para 2011 (anexa) do IMPA-OS, discutir eventuais alterações, tomando por base o Plano Diretor da instituição.

A Diretoria do Instituto apresentou e discutiu com esta Comissão a relação dos indicadores em vigor e ajustou a proposta de metas para 2011.

Observa-se que a proposta apresentada pelo IMPA está em consonância com o Plano Diretor da instituição e com os objetivos estratégicos do Contrato de Gestão para o novo ciclo, devendo ser re-analisada na reunião de avaliação anual de 2010, a ser realizada em março de 2011 e, posteriormente submetida à provação do MCT.

8. RECOMENDAÇÕES

AO IMPA:

- i. A CA reitera a recomendação de relatórios anteriores sobre o fornecimento, nos Relatórios Semestrais, de informações mais claras e objetivas sobre possíveis variações de desempenho em cada um dos indicadores, bem como esclarecimentos acerca das perspectivas de alcance ou não das metas pactuadas, por meio de comentários sobre os resultados apurados, principalmente quando da ocorrência de flutuações/variações significativas.
- ii. Incorporar, no Relatório Anual de 2010, no que couber, tópicos relativos ao art. 11 da Portaria nº 157, de 26 de fevereiro de 2010:
 - a) oportunidade e conveniência das metas/ações para o alcance dos resultados;
 - b) possibilidade dos resultados influírem em outros segmentos do sistema C,T&I (transversalidade);
 - c) comparação entre o desempenho da OS e outras instituições de excelência no mundo;
 - d) avaliação dos meios utilizados para publicidade dos resultados alcançados;
 - e) indicadores de melhoria no atendimento à comunidade científica e sociedade por meio das metas/ações implementadas;
 - f) síntese das metas/ações que mais contribuíram para o alcance dos resultados; e
 - g) avaliação da atualidade dos indicadores e grau de desafio das metas pactuadas frente ao porte que OS adquire ano a ano.

AO MCT:

- i. Considerando o Ofício Circular nº 07/2010 -SCUP/MCT, de 08 de outubro 2010, a CA recomenda a inclusão, em Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, de cláusula específica relativa ao fornecimento de dados financeiros para subsídio às atividades de supervisão e fiscalização pelas instâncias competentes, nos termos da Portaria MCT nº 157/2010, em especial os artigos 3º, 4º e 12;
- ii. A CA reitera a recomendação ao MCT apresentada em relatórios anteriores no sentido de assegurar a regularidade da execução dos recursos orçamentário-financeiros destinados ao IMPA-OS durante o exercício, de forma a evitar longos lapsos temporais sem ingresso de recursos para financiamento das atividades;
- iii. A CA reitera a recomendação apresentada anteriormente no sentido de alocar dotação orçamentária compatível com o cumprimento do Contrato de Gestão do IMPA, na programação específica para tal finalidade (ação 4122 – Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada), em todas as unidades orçamentárias do órgão em que exista previsão de recursos para o Contrato de Gestão; e
- iv. Gestionar, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a composição de um Grupo de Trabalho interministerial, com a participação das Consultorias Jurídicas envolvidas, com o intuito de apresentar alternativa de solução, no âmbito do Modelo OS, para ações transversais que envolvam projetos de vários setores do Governo dentro de um único Contrato de Gestão, visando à racionalização do repasse de recursos e, conseqüentemente, da prestação de contas.

9. CONCLUSÃO

Ao término da visita ao IMPA e do processo de avaliação semestral, a CA destaca os seguintes pontos positivos:

- a reafirmação do nível de excelência e produtividade em pesquisa da organização social comparada aos melhores centros nacionais e internacionais;
- a relevância, para o País, de outras atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo IMPA, a exemplo da Olimpíada Brasileira de Matemática nas Escolas Públicas – OBMEP, da Olimpíada Brasileira de Matemática – OBM e do Programa de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Médio. Essas atividades terão impacto significativo sobre o ensino da matemática a médio e longo prazos.

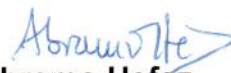
- o esforço da Associação em atrair jovens talentos por meio de programas de pós-doutorado de excelência, trimestres temáticos e cátedras financiadas por empresas privadas;
- captação de recursos extra-contrato de gestão por meio de projetos de pesquisa e desenvolvimento aprovados por concorrência ou mérito.

Após a análise do Relatório Semestral, a Comissão de Avaliação verificou que todas as metas pactuadas para 2010, apuradas até o mês de junho, foram alcançadas ou apresentam clara tendência de alcance.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2010.



Paulo Afonso Vieira Júnior
Representante da SOF/MP



Abramo Hefez
Especialista, representante do MCT



Sheila Maria Reis Ribeiro
Representante da SEGES/MP



Juan Guillermo Valdivia Murillo
Representante da STN/MF



Abimael Fernando Dourado Loula
Especialista, representante do MCT
Presidente da CA